

# Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o **CARF**

30/10/2015

Valor Econômico

## **Esquema no Carf tirou até R\$ 91 bi da arrecadação em 2014**

Valor Econômico - 30/10/2015

(Agência O Globo)

BRASÍLIA - O esquema de venda de decisões a grandes contribuintes por parte dos integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) tirou bilhões dos cofres públicos.

Levantamento da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), com base em dados fornecidos via Lei de Acesso à Informação, mostra que, em 2013, apenas 28,8% do crédito questionado no conselho foram mantidos, ou seja, a União ganhou a causa.

Em 2014, o número subiu para 41,9%, mas ainda ficou distante do que poderia ter sido arrecadado, caso o esquema de corrupção revelado pela Operação Zelotes não tivesse revertido decisões e multas aplicadas.

Em valores, dos R\$ 106,7 bilhões em créditos julgados em 2013, apenas R\$ 30,7 bilhões ficaram com a União. Em 2014, quando o montante questionado foi maior, R\$ 157 bilhões, a Receita Federal obteve ganhos de causa equivalentes a R\$ 65,8 bilhões. Procurado, o Ministério da Fazenda não se pronunciou sobre o levantamento.

## **Zelotes devassa empresa de filho de Lula**

Valor Econômico - 30/10/2015

Análise da Receita Federal sugere que a LFT Marketing Esportivo, que pertence a Luis Claudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pode se tratar de uma empresa de fachada.

"A despeito do vultoso recebimento pela LFT Marketing Esportivo em 2014, a empresa não possui nenhum funcionário em seus quadros, bem assim como não informa pagamento de salário ou recolhimento de contribuições previdenciárias de empregados", destaca relatório de pesquisa e investigação anexado aos autos da

Operação

Zelotes.

O relatório indica que a Receita Federal suspeita que a empresa seja uma fachada destinada a atuar em lavagem de dinheiro. Por isso a Receita sugeriu ao MINISTÉRIO PÚBLICO Federal que requeira o rastreamento bancário de uma série de pagamentos identificados pelo órgão.

"Examinando fitas de caixa, guias de transações em espécie e outros documentos, de modo a esclarecer se esses valores foram efetivamente sacados em espécie na 'boca do caixa' ou se foram creditados em outras contas, ocorrendo as chamadas 'operações casadas'", informa o documento.

Os investigadores sugerem também que os departamentos de auditoria interna dos bancos informem alguns dados, tais como nome, CPF e CNPJ dos responsáveis pelos saques e retiradas de dinheiro. E ainda que os bancos forneçam cópia legível dos respectivos cheques, bem como de documentos que comprovem o destino desses recursos movimentados.

A Receita Federal ainda questiona o tipo de serviço que de fato foi prestado pela LFT, "que motivou o pagamento de tão grande soma". De acordo com a investigação, somente em 2014, a LFT Marketing Esportivo recebeu R\$ 1,5 milhão da Marcondes e Mautoni, empresa suspeita de envolvimento em esquema de corrupção e tráfico de influência para a aprovação de medidas provisórias para prorrogar isenções fiscais a empresas do segmento automotivo.

Apontado como lobista, Mauro Marcondes foi preso na última segunda-feira. Até então, Marcondes ocupava o cargo de vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), mas foi suspenso do cargo até que as investigações sejam concluídas.

De acordo com o relatório, "informação colhida na Relação Anual Informações Sociais (Rais) em que se identifica que a empresa LFT Marketing Esportivo não possui nenhum empregado registrado em 2014, muito embora tenha recebido, nesse mesmo ano, o valor de R\$ 1.501.600,00 da Marcondes e Mautoni Empreendimentos e Diplomacia Corporativa", informa o material.

Deflagrada em 26 de março deste ano, Operação Zelotes apura irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Segundo os investigadores, foi montado um esquema para influenciar e corromper conselheiros do órgão para cancelar autos de infrações, resultando em economia milionária para empresas atuadas.

Na nova fase, deflagrada na segunda-feira, a Zelotes avançou sobre suspeitas de manipulações na elaboração de três medidas provisórias que beneficiaram o setor automotivo: 471, 512 e 627. De acordo com os investigadores, os suspeitos teriam praticado os CRIME de tráfico de influência, corrupção ativa e passiva, associação e organização criminosa além de lavagem de dinheiro.

A defesa de Luis Claudio nega irregularidades. "Reitera-se que a mera opinião de dois procuradores da república de que os pagamentos feitos pela Marcondes e Mautoni à LFT seriam 'muito suspeitos' não autoriza a prática de qualquer medida que implique mitigar as garantias fundamentais de qualquer cidadão."

O filho de Lula foi intimado para prestar depoimento à Polícia Federal a fim de esclarecer alguns pontos da investigação da Operação Zelotes.

Folha de S. Paulo

## **Ministro pede para PF explicar intimação**

Folha de S. Paulo - 30/10/2015

### **ALVO DA OPERAÇÃO ZELOTES, FILHO DE LULA FOI INTIMADO ÀS 23H DE TERÇA (27), APÓS SAIR DE FESTA DE ANIVERSÁRIO DO PAI**

*Defesa consegue adiar depoimento do empresário e afirma que ato tão tarde da noite foi um 'excesso'*

GABRIEL  
DE  
MÔNICA  
COLONISTA  
BELA  
DE SÃO PAULO

DA

MASCARENHAS  
BRASÍLIA  
BERGAMO  
FOLHA  
MEGALE

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, solicitou nesta quinta (29) esclarecimentos à Polícia Federal sobre os motivos de Luis Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, ter sido intimado a depor no inquérito da Operação Zelotes "em tese, fora do procedimento usual", segundo ele.

A Folha revelou que policiais foram ao apartamento de Luis Cláudio por volta das 23h de terça (27) para apresentar a intimação.

No documento enviado ao diretor-geral da instituição, Leandro Daiello, o ministro pede "esclarecimentos para fins de avaliação ministerial" e solicita a formalização do horário exato em que ocorreu a intimação e as razões para o pedido ter sido entregue no fim da noite.

O advogado Cristiano Zanin Martins, defensor de Luis Cláudio, reiterou que a entrega de "uma intimação neste horário só poderia ser feita com autorização judicial expressa" e classificou o episódio como "mais um excesso" registrado no caso.

Criminalistas e fontes da PF ouvidas pela Folha reconheceram que é incomum intimidar alguém fora do horário comercial, mas disseram que não há restrições legais para o feito e que não há a necessidade de uma autorização específica.

Na avaliação de petistas, a intimação de Luis Cláudio, ainda mais nesse horário, tem tudo para piorar a relação entre Lula e a presidente Dilma Rousseff.

A família do petista não esconde a chateação com Dilma por acreditar que o ministro Cardozo, subordinado dela, não tem se mobilizado para evitar abusos da PF em relação a Lula e a seus filhos.

O depoimento de Luis Cláudio estava marcado para às 15h desta quinta-feira na sede da PF de São Paulo, mas foi adiado a pedido do advogado dele, que esteve de manhã no local para falar com delegados sobre o caso.

Martins alegou que só teve acesso aos documentos da investigação na terça-feira, mesmo dia em que o cliente dele recebeu a intimação para depor no inquérito que investiga a edição de medidas provisórias que teriam favorecido montadoras de carros.

Luis Cláudio será ouvido por um delegado especializado na repressão de crimes financeiros e desvio de recursos públicos. A previsão é que ele deponha daqui a uma semana ou 15 dias.

Nesta quinta, o filho de Lula não apareceu no escritório onde trabalha, nos Jardins. Este foi o primeiro dia em que ele não esteve no local desde que suas empresas —a LFT Marketing Esportivo e a Touchdown Promoções e Eventos— foram alvos de busca e apreensão.

## INTIMAÇÃO

Pouco antes de chegar em casa e receber a intimação, Luis Cláudio estava na festa de aniversário do pai, que comemorou 70 anos na terça-feira. Ele estava com a a mulher, Fátima Cassaro, que está grávida de seis meses. A celebração também contou com a presença de Dilma.

Pouco depois de chegar em seu apartamento, nos Jardins, o porteiro do prédio interfonou avisando que agentes da PF o esperavam no térreo para fazer a intimação. Ele buscou orientação de advogados e desceu para assinar o documento.

Antes de encontrarem o endereço residencial em que o filho caçula de Lula vive há cerca de três anos, os policiais estiveram em outro local, em São Bernardo do Campo, que acreditavam ser a casa de Luis Cláudio.

O filho de Lula virou alvo da Operação Zelotes depois que os investigadores descobriram pagamentos de R\$ 2,4 milhões do escritório de lobby Marcondes & Mau-toni, suspeito de atuar na compra das medidas provisórias, à LFT Marketing Esportivo, empresa de Luis

Cláudio.

Os pagamentos foram feitos em seis parcelas e tiveram início no ano passado. Em 2014, a empresa de Luis Cláudio recebeu R\$ 1,5 milhão, de acordo com o Ministério Público Federal.

O advogado de Luis Cláudio afirma que todos os serviços prestados ao escritório do lobista foram realizados entre 2014 e 2015 e não têm vínculo com a medida provisória. Segundo ele, são estritamente vinculados à área esportiva.

### **CPI do Carf votará convocação de Luis Cláudio**

Folha de S. Paulo - 30/10/2015

De Brasília

A CPI do Carf votará na próxima quinta (5) requerimentos que pedem a convocação de Luis Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, e analisará pedidos de quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico dele desde 2002.

Uma empresa de Luis Cláudio, a LFT, recebeu recursos de um escritório de lobby suspeito de pagar propina para a edição de uma medida provisória.

Também será votado pedido de convocação do ex-ministro Gilberto Carvalho. Relatório da PF diz que ele esteve em “conluio” com um lobista.

Nesta quinta (29), a CPI aprovou pedido de informação, ao Ministério Público, sobre suposta participação do ministro do TCU Augusto Nar-des no esquema no Carf.

O Globo

### **Juíza divulga nota sobre busca em empresa de filho de Lula**

O Globo - 30/10/2015

*Célia Regina Bernardes diz que autorizou mandado para PF investigar o caso*

BRASÍLIA - A juíza Célia Regina Ody Bernardes, que está a frente da Operação Zelotes, divulgou nota nesta sexta-feira para informar que autorizou a Polícia Federal a fazer uma devassa nos computadores e todos os demais documentos encontrados na LFT Marketing e outras duas empresa de Luis Claudio Lula Silva, um dos filhos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na segunda-feira, a Polícia Federal fez busca e apreensão na sede da LFT Marketing, Touchdown Promoção de Eventos Esportivos e na Silva e Cassaro Corretora de Seguros, todas de Luis Claudio.

As buscas foram pedidas pelos procuradores José Alfredo de Paula e Raquel Branquinho e autorizadas por Célia Regina.

Em relação a todo o material apreendido no dia 26/10/15, determinei o afastamento do sigilo fiscal, bancário e sobre o fluxo de comunicações e de dados em sistemas de informática e telemática de todo o material apreendido, de maneira que a Polícia Federal possa examinar computadores e mídias, e, se for o caso, sujeitá-los à perícia", afirma a juíza.

A partir da Operação Zelotes, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Receita Federal investigam suposta compra de medidas provisórias pela Mitsubishi e pela Cacao, representante da Hyundai por intermédio da Marcondes e Mautoni, empresa de lobby. Após receber mais de R\$ 16 milhões das duas montadoras, a Marcondes e Mautoni fez pagamentos da ordem de R\$ 1,5 milhão para a LFT Marketing.

O Ministério Público achou estranho o pagamento da empresa de lobby para a empresa de marketing esportivo e decidiu abrir uma nova frente de investigação na Zelotes, até então restrita à venda de decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para bancos e grandes empresas. Entre os investigados nesta parte da investigação estão Santander, Bradesco, Mitsubishi, Gerdau, RBS, Light, Safra, HSBC, JBS, BRF, Via Engenharia e Suzano.

Na nota, a juíza diz que não tem conhecimento de que a Polícia Federal iria intimar Luis Claudio para prestar depoimento. O texto foi escrito na quinta-feira, dois dias depois de o GLOBO revelar que a PF iria interrogar o filho do ex-presidente. Até aquele momento, no entanto, a juíza não tinha recebido comunicado oficial da polícia sobre a intimação do filho de Lula. Ele foi intimado na noite de terça-feira, depois de sair da festa de aniversário do pai. A PF não precisa avisar à Justiça sobre intimações a pessoas investigadas.

Jornal do Comércio - RJ

## Lula prevê "3 anos de pancadaria"

***Ex-presidente reage às investigações contra sua família ironizando operação da PF que mudou de foco para investigar "compra" de medida provisória que não teve qualquer dificuldade para ser aprovada***

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu nesta quinta-feira às investigações por supostos crimes de corrupção que envolvem sua família. Ele pediu que ninguém fique com pena e afirmou que vai sobreviver ao que classificou de "três anos de muita pancadaria". "Aprendi com a vida a enfrentar adversidade.

Se o objetivo é trancar qualquer perspectiva de futuro, então vão ser três anos de muita pancadaria. E, podem ficar certos, eu vou sobreviver", afirmou o ex-presidente em discurso de mais de uma hora durante a reunião do Diretório Nacional do PT, na capital federal.

Lula ironizou a Operação Zelotes, da Polícia Federal, que na origem tratava de um esquema dentro do Carf para livrar grandes empresas de débitos tributários, mas nesta semana finalmente ganhou destaque na imprensa ao passar a investigar seu filho mais novo, Luis Claudio, por ter recebido dinheiro de uma empresa suspeita de comprar uma medida provisória para beneficiar montadoras, que na verdade foi aprovada com apoio inclusive da oposição, sem qualquer tipo de polêmica ou disputa ferrenha no Congresso que pudesse justificar a necessidade de "compra" da MP, como sustenta a PF. "Tenho mais três filhos que não foram denunciados, sete netos e uma nora que está grávida. Não vai terminar nunca isso?", disse Lula. O ex-presidente afirmou que as investigações criaram um "problema desgraçado" na família dele. "Disseram que uma nora recebeu R\$ 2 milhões.

Aí vão perguntar quem está rico na família. Daqui a pouco uma nora entra com um processo contra a outra", brincou, arrancando risos da plateia.

Apesar do desgaste do PT diante da crise econômica e política que abate o governo Dilma Rousseff, Lula avaliou que a legenda tem chances de ganhar as eleições de 2016 em São Paulo, cidade que o partido já comanda, com o prefeito Fernando Haddad. Ele defendeu que a militância deve reagir às acusações de roubo. "Pode ficar certo que nós temos chances de ganhar a capital de São Paulo", afirmou o ex-presidente. Ele reconheceu que o PT cometeu erros, "mas qual partido conquistou mais credibilidade do que o nosso, qual fez mais pelo povo do que o nosso?", questionou.

Lula defendeu que, em época de dificuldades econômicas, a militância tem de ir para a rua.

"A única coisa que não vale é se esconder", afirmou. De acordo ele, o povo votará no pleito de 2016 em função da realidade de cada cidade. "Cada cidade é uma eleição, cada cidade é uma cultura diferente", disse, defendendo que é preciso construir um programa específico para o clima de cada cidade. "Portanto, temos que estar preparados para surpreender nossos adversários", comentou. "Não podemos ficar de cabeça baixa ouvindo o PT ser chamado de ladrão", acrescentou.

O ex-presidente da República afirmou que os petistas que desejarem sair do partido encontrarão a mesma "porta aberta de carinho" que encontraram para entrar. "O que não dá é para a gente disputar com companheiros que, na primeira dificuldade, querem puxar o carro", afirmou, sem mencionar nomes em seu discurso de mais de uma hora de duração a membros do diretório. (Com Agência Estado)

Blog do Luis Nassif

## **Com Zelotes atrás de compras de emendas, CPI do Carf manterá plano de trabalho**

POR HYLDA CAVALCANTI  
DA REDE BRASIL ATUAL

Relatora diz que empresas não se valerão de mudança de rumo da Operação Zelotes

A relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que apura irregularidades cometidas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - a CPI do Carf -, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), afirmou que a sua disposição é dar seguimento ao plano de trabalho traçado para conduzir as atividades da comissão e que as empresas envolvidas em pagamentos de propina e fraudes

no Carf que estão sendo investigadas (e cujos executivos têm sido chamados a depor) não vão se valer dessa mudança no rumo das apurações dos últimos dias para saírem ilesas.

A quarta etapa da Operação Zelotes, da Polícia Federal, que investiga o caso, efetuou ações de busca e apreensão nas empresas do filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Luís Cláudio Lula da Silva, o Lulinha, na segunda-feira (26) - o que mudou o ritmo das investigações e deu uma conotação política ao esquema.

A ação foi bastante criticada por parlamentares e advogados por ter priorizado a investigação de denúncias feitas contra o filho do ex-presidente e o ex-ministro da Secretaria-geral da Presidência Gilberto Carvalho, em vez de conglomerados empresariais, cujo envolvimento já está comprovado em documentos consistentes.

A Operação Zelotes apura evasão fiscal da ordem de R\$ 20 bilhões observada entre 2005 e o ano passado, por meio de pagamento de propinas a conselheiros do Carf para reduzir o valor de multas e penalidades aplicadas a grandes empresas nacionais. Estão sendo investigados pela operação 74 processos do órgão ao longo desse período, 24 empresas, 30 pessoas ligadas ao Carf, entre servidores e ex-conselheiros, e vários escritórios de advocacia e de consultoria.

"A CPI deve seguir o que foi aprovado", disse a senadora, afirmando que a mudança das investigações não mudará o rumo da CPI. A parlamentar lembrou do seu plano de trabalho, apresentado em junho passado, quando destacou que as atividades da comissão não deveriam se configurar em retrabalho, repetindo o que estava sendo realizado pela Operação Zelotes, e nem tampouco de omissão.

Segundo Vanessa, na qualidade de relatora, ela busca "estruturar a investigação e os trabalhos da forma mais racional possível, aproveitando os dados já colhidos na investigação existente e procurando evitar sobreposição de atos".

#### Legislação tributária

Uma das preocupações da relatora é de que, ao final dos trabalhos, o Senado possa sugerir uma mudança na legislação tributária brasileira que, por ser da década de 70, permite este tipo de brechas. Atualmente, conforme informações da própria assessoria da CPI, há casos que não se aplicam nem na Constituição Federal e nem no Código de Processo Civil. Por conta disso, Vanessa já apresentou dois projetos de lei sobre mudanças no Carf antes mesmo de entregar seu relatório.

O primeiro, para determinar que o órgão passe a reconhecer todas as instruções normativas do Executivo Federal, o que antes não acontecia. O segundo, para que nos processos abertos contra as empresas - que costumavam ter duração média de oito anos para serem concluídos no órgão - sejam colocadas garantias ao Tesouro, como o bloqueio de bens, por exemplo, no caso da empresa perder e ter de pagar a referida multa.

Vanessa Grazziotin faz parte do grupo de senadores dentro da CPI que, a exemplo de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), acha que as convocações a serem feitas de empresários e autoridades devem ser votadas e discutidas depois do estudo dos documentos disponíveis e com racionalidade.

Rodrigues, que chegou a afirmar na última segunda-feira, que se a comissão não pedir a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do filho de Lula "é melhor deixar de existir", ao mesmo tempo defendeu serenidade e que se avalie, antes, todos os dados "para somente depois decidir pelas convocações".

#### Convocações de ex-ministros

Com base nesse entendimento, integrantes da CPI deixaram para deliberar numa próxima reunião, com data ainda a ser marcada, os requerimentos

apresentados pelo presidente da comissão, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), pedindo as convocações de Lulinha e dos ex-ministros Erenice Guerra (da Casa Civil) e Gilberto Carvalho (secretário-geral da Presidência), mencionados em denúncias nesta última fase da Operação Zelotes.

Na reunião desta quinta-feira (29), o empresário João Batista Gruginski, sócio da JBF Consultoria Empresarial, empresa acusada de envolvimento no esquema, fez uso do direito constitucional de ficar calado e nada falou.

Os senadores aprovaram requerimentos para quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da sociedade de advogados J.R. Silva Advogados Associados, e de José Ricardo da Silva. Também aprovaram a convocação de Silva à comissão e de Eduardo Valadão, responsáveis pela empresa.

Outro requerimento aprovado pedirá, em nome da CPI, ao Ministério Público Federal, as cópias do relatório enviado ao Supremo Tribunal Federal relativo ao envolvimento do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Augusto Ribeiro Nardes e outros nomes relativos à Operação Zelotes.

## **Sinais de jabuti na Zelotes**

POR TEREZA CRUVINEL

Do Brasil 247

No despacho em que autorizou as ações realizadas na segunda-feira pela Polícia Federal, que incluíram a busca e apreensão na empresa de Luís Claudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, a juíza Celia Ody Bernardes acrescentou uma determinação no mínimo curiosa, que sugere uma interferência suspeita na condução da Operação Zelotes. "Estou convencido de que tem um jabuti aí. Não sei quem colocou mas trata-se obviamente de um jabuti destinado a atingir o PT e o presidente Lula", diz o deputado petista Paulo Pimenta.

O que a juíza diz em seu despacho, é o seguinte: "Determino que a autoridade policial providencie vista dos autos ao MPF para que possa acompanhar as medidas ora deferidas e também para que informe o juízo acerca das providências tomadas para esclarecer em que circunstâncias ocorreu a visita realizada por Reinaldo de Almeida Cesar Sobrinho, delegado da Polícia Federal que já atuou no Núcleo de Inteligência Policial, ao investigado Fernando Cesar de Moreira Mesquita; e o fato de ter sido encontrado na residência do investigado Alexandre Paes dos Santos relatório de Inteligência Policial da Polícia Federal...".

A ordem faz supor que a juíza suspeita de uma ação do referido policial em favor dos investigados, inclusive com entrega de relatório da PF ao lobista Alexandre Paes dos Santos.

Mais curiosas, entretanto, são as conexões políticas do referido delegado Reinaldo de Almeida, atualmente lotado na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba. Logo, ele pode bem representar uma mão longa da Operação Lava Jato sobre a Operação Zelotes.

Mais ainda. Reinaldo foi o primeiro secretário de segurança pública do governo do tucano Beto Richa no Paraná. Quando foi nomeado, em 2011, a revista Época publicou reportagem assinado por Murilo Ramos e Leonel Rocha apontando indícios de que ele teria sido indicado por ninguém menos que o bicheiro Carlinhos Cachoeira, então interessado em expandir seus negócios para o Paraná. Reinaldo também já respondeu a ação por desvio de recursos da prefeitura de Ponta Grossa mas o que importa aqui é sua participação na Zelotes, uma operação conduzida pela Superintendência de Brasília, sendo ele lotado em Curitiba.

O procurador encarregado das investigações sobre o mega-esquema de sonegação de impostos montado dentro do CARF é Frederico Paiva. Parlamentares da CPI do CARF do Senado dizem ter recebido informações de que as investigações sobre suposta "compra de MPs" vêm sendo conduzidas por outra equipe de procuradores e policiais federais, e não pela equipe inicial da Zelotes, que desvendou o esquema o CARF. Ou seja, a Zelotes tornou-se algo como uma "barriga de aluguel" para outra operação, em que os alvos são políticos e claros. De comum, apenas o fato de que a empresa Marcondes e Mautoni é ligado à SGR, uma das empresas do esquema tributário.

A investigação sobre MPS que prorrogaram benefícios fiscais para montadoras instaladas no Norte/Nordeste/Centro Oeste é que transformaram em alvos o ex-ministro Gilberto Carvalho e o filho de Lula, que recebeu recursos de uma empresa ligada às montadoras em pagamento, segundo seu advogado, de serviços de marketing esportivo, prestados e comprováveis.

A partir desta nova vertente a Zelotes transfigurou-se. De repente, saíram do radar os milhões em propinas pagos a um grupo de empresas de consultoria que, subornando conselheiros do CARF, obtinha sentenças reduzindo ou suprimindo dívidas tributárias que chegariam a quase R\$ 20 bilhões. Três vezes as perdas estimadas da Petrobrás com o tal petrolão. De repente, a Zelotes passou a existir para descobrir se nos governos Lula e Dilma alguém recebeu vantagens indevidas para que duas MPs fossem assinadas. Todos são iguais perante a lei e podem ser investigados mas a seletividade e a orientação política são evidentes. A diferença entre os pesos e medidas também. Nenhuma das 26 prisões pedidas pela Zelotes, relacionadas com o roubo de impostos, foi autorizada pela justiça. Nenhuma empresa investigada pela Zelotes original e nenhum dos funcionários ou conselheiros suspeitos teve seus sigilos quebrados. Gilberto e Luis Cláudio sim.

A transfiguração da Zelotes foi também objeto de artigo de Marco Aurélio Garcia publicado ontem, inclusive aqui no 247, em que ele faz candente defesa de Gilberto Carvalho e condenação da justiça de exceção que vai ganhando terreno no Brasil. Arremata perguntando: "E, antes que me esqueça, quando virá a verdadeira lista dos corruptos e corruptores que a OPERAÇÃO ZELOTES se propôs investigar? Os 21 bilhões de reais bem que ajudariam a diminuir nosso déficit fiscal".

G1

## **Zelotes: uma representação que se transformou em força-tarefa**

Numa força-tarefa que hoje envolve o Ministério Público, a Polícia Federal, a Receita e a corregedoria do Ministério da Fazenda, a Operação Zelotes deflagrada em março deste ano teve, sim, o seu capítulo mais conhecido nesta segunda-feira (26), na sua quarta fase .

Contudo, a Zelotes começou bem menor, no fim de 2013, após uma representação ser protocolada em quatro órgãos públicos, incluindo o Ministério Público. O nome por trás desta denúncia inicial permanece anônimo, procedimento normal que tem o objetivo de preservar o denunciante.

Segundo investigadores do caso ouvidos pelo Blog , a representação, assim como aconteceu em outras investigações, demonstrava indícios de fraudes, mas chamou a atenção pela organização do trabalho apresentado sobre os julgamentos

do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda.

Após a abertura de inquérito, ainda na primeira etapa, foram tomadas diversas medidas investigativas, como interceptação e quebra de sigilo telemático. Essas ações reuniram provas mais robustas para os primeiros pedidos de busca e apreensão, produzidos somente em fevereiro de 2015, mas que deflagrou a operação em março.

Para se ter um exemplo do crescimento da operação, no âmbito do Ministério Público, o trabalho começou a ser garimpado por um procurador, Frederico Paiva, mas hoje, após a criação da força-tarefa em abril, os dados já são trabalhados também por outros três, José Alfredo de Paulo e Silva, Marcelo Ribeiro e a Raquel Branquinho.

A criação da força-tarefa foi um pedido de Frederico Paiva para o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, realizado após a deflagração da Zelotes. Na Polícia Federal, o delegado Marlon Cajado é o responsável pelo caso em andamento.

Iniciada para apurar as fraudes nos julgamentos do Carf, as investigações indicam a existência de negociações de três medidas provisórias que beneficiaram empresas do setor automotivo. Veja quais foram as medidas provisórias e as empresas supostamente envolvidas no esquema .

Medidas provisórias são normas editadas pelo presidente da República que têm força de lei e entram em vigor imediatamente após a edição. Mas perdem a eficácia se não forem votadas e transformadas em lei pelo Congresso em até 120 dias.

Nesta segunda (26), já sob a nova suspeita, seis investigados foram presos, entre eles o consultor Mauro Marcondes Machado, tesoureiro afastado da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e um dos donos da empresa Marcondes e Mautoni. A empresa fez pagamento de R\$ 1,5 milhão à LFT Marketing Esportivo, de Luis Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, que não tem funcionários .

Um relatório da Polícia Federal aponta também suposto conluio entre Gilberto Carvalho, ex-chefe de gabinete de Lula, e lobistas suspeitos de pagar propinas para obter os benefícios gerados pelas MPs.

Segundo a PF, documentos indicam a relação entre Carvalho e a Marcondes e Mautoni, o que ainda está em investigação. O Blog disponibiliza dois dos principais volumes sobre o caso. Leia o volume 1 e volume 4 .

Carvalho defende-se das acusações e diz que sua função, como chefe de gabinete, nunca foi discutir méritos sobre os assuntos de pessoas interessadas em procurá-lo". O que eu expliquei à PF é que nunca participei de montagem de MP porque não era meu papel - quem faz isso é a Fazenda, o MDIC e a Casa Civil. Eu nunca tive nada a ver com [isto] , afirmou Carvalho ao G1 .

Luis Cláudio defendeu que sua empresa atua como prestadores de serviço, contratados de acordo com a necessidade, escopo e dimensão do trabalho em questão. Segundo a sua defesa, a LFT foi remunerada pela Marcondes e Mautoni por projetos executados e devidamente entregues e todos os valores recebidos foram contabilizados e os impostos pagos, estando os comprovantes à disposição das autoridades. Luis Cláudio nega que recebeu o dinheiro por participação no suposto esquema e questiona a ação da força-tarefa

## **R\$ 21 bilhões em fraudes: Zelotes abafa sonegadores do poder econômico**

***Instaurada para apurar um dos maiores esquemas de sonegação fiscal já descobertos no país, envolvendo empresas, bancos e veículos de comunicação, como a Rede Globo, a Operação Zelotes se transformou em mais um instrumento da polarização política que contaminou diversas esferas das instituições brasileiras. Por Dayane Santos***

Os fatos em torno da quarta fase da operação, deflagrada na última segunda-feira (26) demonstram isso. A Zelotes tinha como objetivo investigar fraudes em julgamentos no **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), ligado ao Ministério da Fazenda. O esquema foi revelado a partir de uma investigação do próprio ministério que, posteriormente, comunicou o fato a polícia.

Com um montante de prejuízo estimado até agora em R\$ 21,6 bilhões em fraudes, a operação sofreu uma mudança de foco nas investigações. Depois de ficar sete meses quase no anonimato por parte da imprensa, a Zelotes se direciona para investigar um suposto envolvimento de Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula.

Vamos os detalhes: em 494 páginas do documento da Polícia Federal sobre a investigação da Zelotes, não constam o nome do filho do ex-presidente Lula. Então, porque e como a polícia conseguiu um mandado de busca e apreensão ao escritório dele?

A juíza

Ao receber o pedido da PF, a juíza federal Célia Regina Ody Bernardes, da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, responsável pela investigação da Operação Zelotes, autorizou a operação e encaminhou o pedido para apreciação do procurador José Alfredo de Paula e Silva do Ministério Público Federal. Esse procurador teria feito um aditamento à operação, solicitando que as empresas de Luís Cláudio Lula da Silva fossem incluídas entre as que seriam submetidas a um mandado de busca e apreensão - o que foi acatado pela juíza federal.

O procurador baseou seu pedido em uma suspeita sobre um contrato de R\$ 1,5 milhão firmado entre uma das empresas investigadas (Marcondes e Mautoni) e a LFT Marketing Esportivo, de propriedade de Luís Cláudio. "É muito suspeito que uma empresa de marketing esportivo receba valor tão expressivo de uma empresa especializada em manter contatos com a Administração Pública .

Portanto, a empresa do filho de Lula foi incluída na investigação baseado apenas na suspeita de um procurador. Em nove meses de investigações, os delegados não encontraram tal suspeita sobre qualquer contrato.

Também foi o que bastou para que se propusesse a quebra de sigilo e fiscal do filho do ex-presidente, mas quanto aos grupos que representam o poder econômico, como o Grupo RBS, afiliada da Rede Globo, a Gerdau, os bancos Bradesco, Santander, Safra, Pontual e Bank of Boston, as montadoras Ford e Mitsubishi, investigados e que as provas apontam o pagamento de propina a integrantes do **Carf** para anular multas tributárias milionárias, nada se fez até agora.

Para se ter uma ideia do disparate, o documento da Polícia Federal, publicado pelo O Cafezinho , revela, por exemplo, o envolvimento de sócios das Organizações Globo num esquema que chega a mais de R\$ 600 milhões. Apesar do montante ser 598 vezes maior que o verificado no contrato de Luís Cláudio, não se verificou a mesma preocupação na apuração nem por parte dos envolvidos na

investigação, muito menos por parte da imprensa, que se dedicou em vasculhar e tornar pública cada contrato da empresa do filho do ex-presidente.

Agora, após a busca e apreensão na sede das empresas LFT Marketing Esportivo e da Touchdown Promoção de Eventos Esportivos Ltda, a PF decidiu tomar o depoimento de Luís Cláudio. No entanto, a juíza Célia Regina Ody Bernardes disse que desconhece o pedido da Polícia Federal.

Em nota, a juíza afirmou: Sou a única juíza com atribuição para os procedimentos judicializados da Operação Zelotes. Digo procedimentos, e não processos, pois ainda não foi oferecida nenhuma denúncia por parte do MPF. Somente haverá processo penal propriamente dito se vier a ser recebida eventual denúncia oferecida pelo MPF.

O que a juíza não explicou foram as informações que dão conta de que ela é irmã de Napoleão Bernardes, prefeito de Blumenau, Santa Catarina, que é do PSDB. Segundo o jornalista Eduardo Guimarães, "ha muita coisa na internet sobre Celia Regina que sugere que ela é simpática ao PSDB". De acordo ele, na eleição do ano passado, quando a campanha de Aécio Neves acusou os Correios de atuarem em favor de Dilma, a empresa tentou notificar o tucano por via judicial de que sua acusação era caluniosa e poderia gerar uma ação judicial.

"Adivinhe, leitor, quem julgou a tentativa dos Correios de notificar Aécio e deu parecer favorável a ele? Ela mesma, Célia Regina", salientou o jornalista. E acrescenta: "Pelos seus laços políticos e familiares, ela deveria se declarar impedida de atuar contra o filho de um inimigo político de seu irmão".

A defesa

A defesa de Luís Claudio apontou outras "ilegalidades e excessos" e entrou com um mandado de segurança junto ao TRF (Tribunal Regional Federal) reivindicando a devolução imediata de todos os materiais apreendidos nas empresas do filho de Lula, bem como a anulação de todas as consequências jurídicas da busca e apreensão.

De acordo com o pedido, a LFT firmou um contrato legítimo com a Marcondes e Mautoni, para prestar serviço de consultoria em marketing esportivo para a contratante, conforme a própria Polícia Federal corroboraria no âmbito das investigações: "O relatório policial deixou claro que a empresa Marcondes e Mautoni, que realizou pagamentos à LFT, tinha projetos relacionados à área esportiva - o Projeto Mostra Itinerante - Caminho da Copa. Tal situação justifica, à toda evidência, a prestação de serviços pela LFT .

A defesa sustenta ainda que a simples suspeita de um procurador não é prova suficiente para autorizar uma medida tão gravosa como a de busca e apreensão, que prejudica atividade comercial da empresa buscada além de ferir sua imagem perante ao mercado.

O presidente do PT, Rui Falcão, afirma que a ação revelou uma perseguição do consórcio midiático. "A única busca e apreensão que vimos foi na casa do filho do Lula. Tem um monte de tubarão, e você vai ficar correndo atrás de um peixinho que sequer tem provas contra ele?", questionou Falcão.